

AS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE: ANÁLISE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E DE SERVIÇOS

THE LIBRARIES OF THE FEDERAL UNIVERSITIES OF THE SOUTHEAST REGION: ANALYSIS OF TECHNOLOGICAL, HUMAN AND BUDGETARY SERVICES AND RESOURCES

Antônio Afonso Pereira Júnior 
Universidade Federal de Minas Gerais

Marlene Oliveira 
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

A pesquisa analisa as bibliotecas universitárias das universidades federais brasileiras da região sudeste quanto aos recursos orçamentários e tecnológicos para desenvolver serviços e produtos para comunidade acadêmica. O universo do estudo reúne 19 bibliotecas universitárias federais da região sudeste do país, no recorte temporal de 2017 a 2019. A pesquisa foi um levantamento de marco teórico que apresenta a história da universidade no Brasil e da biblioteca universitária. E a segunda à coleta dos dados, na forma de um questionário enviado as unidades de informação. Para a análise dos dados coletados, foram selecionadas algumas categorias a partir do questionário.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária; Universidades Federais; Orçamento público

ABSTRACT

The objective of the research is to analyze the university libraries of the Brazilian federal universities regarding the budgetary and technological resources to develop services and products for the academic community. The study universe comprises 19 federal university libraries in the southeastern region of the country, in the time frame from 2017 to 2019. The research was carried out in two stages, the survey of the theoretical framework that presents the history of the university in Brazil, the university library, the public budget, the technologies present in the information units. The methodological procedure for data collection was a questionnaire sent to the managers of the information units and for data analysis, some categories were selected from the questionnaire. The questionnaire was prepared based on studies by Ferreira (1980), Carvalho (1981) and Lubisco (2011), on the questions that would probably have the greatest impact on university libraries. It is important to have a more specific knowledge of the reality of university libraries at federal universities, which allows an updated view of these libraries through a diagnosis that allows establishing the areas that must be developed.

Keywords: University Library; Federal Universities; Public Budget.

1. INTRODUÇÃO

As bibliotecas possuem importante papel na difusão e na democratização do conhecimento, bem como na gestão do saber. As bibliotecas dão suporte ao ensino difundido dentro da universidade, assim como às atividades de pesquisa e extensão. As bibliotecas universitárias brasileiras passaram por momentos de incentivo e de desmonte ao longo do tempo, mas tornaram-se objeto de estudo de pesquisadores da Ciência da Informação e Biblioteconomia a partir de 1980, data do primeiro Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU). A região sudeste é a que possui maior número de universidades federais e, conseqüentemente, de bibliotecas universitárias. O objetivo geral da pesquisa é analisar as bibliotecas universitárias da rede pública na região sudeste quanto aos recursos humanos, orçamentários e tecnológicos para desenvolver serviços e produtos. Os objetivos específicos são:

- a) identificar o orçamento médio das bibliotecas universitárias;
- b) levantar o número de bibliotecários de cada biblioteca;
- c) mapear os serviços e os produtos oferecidos por essas bibliotecas;
- d) levantar os recursos tecnológicos e de compartilhamento tecnológico existentes nas bibliotecas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A primeira política pública feita para as bibliotecas universitárias, o PNBU, foi apresentada pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC por meio da Portaria nº 287, de 24 de abril de 1986. A criação do PNBU, para Chastinet (1990), ocorreu devido ao fortalecimento da pós-graduação na década de 70, o que refletiu positivamente na biblioteca universitária. Os profissionais realizaram discussões entre as instituições e em 1979 criaram seu fórum de debates, o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU). A política nacional de educação superior, feita pelo MEC, através da Secretaria de Educação Superior - SESu, institucionalizou o PNBU. A viabilidade do PNBU deveu-se ao empenho da coordenadora do plano e sua liderança, Yone Chastinet e as articulações com os bibliotecários e dirigentes das universidades, pois as condições institucionais frágeis e a questão orçamentária contribuíram para a desativar o programa. Uma outra tentativa de política pública foi a sanção da Lei nº 13.005, de junho de 2014, que contém o Plano Nacional de Educação - PNE, que propõe ampliar e reestruturar as bibliotecas da educação superior. Diante de tudo

exposto, não há uma política específica e muito menos sua inclusão explícita em planos, programas e ações governamentais para as bibliotecas universitárias.

Segundo Cunha e Diógenes (2016), a cooperação entre bibliotecas foi incentivada por instituições, tais como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), desenvolvedor de projetos de cooperação. Entre esses projetos, destacam-se o Catálogo Coletivo Nacional de Publicação Seriadas e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. O Catálogo Coletivo Nacional de Publicação Seriadas (CCN), por sua vez, foi criado em 1954, pelo IBBB, antigo IBICT reúne informações de periódicos científicos abrigados nas bibliotecas das universidades federais. Ainda nos anos 70 surgiu o projeto CALCO, segundo Lima (1999) o BIBLIODATA/CALCO paralisou suas atividades porque a rede não conseguia gerar os recursos financeiros necessários para ampliar os equipamentos que haviam sido inicialmente disponibilizados pela FGV para instalação do catálogo coletivo.

Para Cunha (2000), a tecnologia é um vetor de mudança e afetará as atividades acadêmicas e a própria natureza da educação superior. Krzyzanowski (2007) discorre que, no Brasil, a área da informação técnico-científica, observa uma evolução crescente dos meios tradicionais para os recursos informatizados. As implementações de experiências de interação nos serviços bibliotecários foram bem-sucedidas, com o intuito de ampliar e facilitar a identificação e localização, para posterior obtenção de documentos primários com o apoio da tecnologia de cooperação. Lubisco (2011) constatou que até mesmo os serviços essenciais para o funcionamento de uma biblioteca necessitam de uma tecnologia envolvida para funcionar. Segundo Noh (2015), a evolução da web na sociedade produziu grandes conquistas e por sua vez da biblioteca universitária. A era do 1.0, da informação passiva, deu lugar à interatividade na web 2.0. Já na web 3.0 é a realidade para nativos digitais, que estão usando o mundo virtual cada vez mais em todos os seus contextos, para lazer como redes sociais (Facebook e Instagram) para educação (zoom, Teams), saúde (aplicativos de plano de saúde e do SUS para agendar consultas, exames), finanças (internet banking). A era 4.0 será a do online constante, ou seja, “sempre ligado”. A tecnologia e ser humano estarão permanentemente conectados.

O orçamento público constitui uma ferramenta dos diversos níveis de governo, no qual são projetados os ingressos e gastos orçamentários a serem realizados em determinado período, com o objetivo de executar os programas das políticas de governo, transferências constitucionais, legais e voluntárias, além dos pagamentos de dívidas e encargos (BEZERRA FILHO, 2012). A parte da verba anual da Educação destinada ao Ensino Superior hoje é bem

menor do que há cinco anos. Da previsão de R\$ 35,5 bilhões para 2019, foram pagos R\$ 10,8 bilhões até abril, segundo o portal do MEC. No âmbito das universidades, vale ressaltar a inovação trazida pela Constituição Brasileira de 1988, com a inserção da autonomia universitária no plano constitucional. A autonomia universitária pela via legislativa não foi suficiente para que as universidades realmente pudessem cumprir, de modo autônomo e independente, a sua verdadeira, relevante e indispensável finalidade. Apesar de a Constituição Federal fixar a autonomia de gestão financeira para as instituições federais, a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, impôs um crescente contingenciamento orçamentário restringindo o repasse financeiro da União para as IFES, o que tem incentivado as universidades a uma busca gradativa por captação de recursos próprios, as chamadas receitas próprias, que também são alvo das políticas de ajuste fiscal.

A publicação da emenda determinou limitação na descentralização de crédito e na liberação de limite orçamentário das arrecadações próprias das IFES. Com essa nova medida, mesmo que as IFES se esforcem e consigam aumentar sua estimativa de arrecadação no ano corrente, para que ocorra a suplementação do orçamento de fontes próprias na LOA, é necessário, segundo o § 1º do artigo 6º da Portaria nº 1.428/2018 da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que se processe o cancelamento de uma fonte para a suplementação de outra, a chamada fonte compensatória. A impossibilidade do aumento do orçamento da universidade, a Portaria nº 90/2018, publicada pela SOF, vinculou a arrecadação de excesso de fonte própria das universidades para pagamento de pessoal, que é uma obrigação da União.

A realidade é corte de gastos e recursos cada vez mais finitos. Conforme noticiado no site da UFMG, no dia 12 de agosto, o corte de 19% no orçamento de 2021 das universidades e institutos federais proposto pelo Ministério da Educação pode comprometer as atividades de pesquisa, ensino, extensão e assistência estudantil e os investimentos prioritários em biossegurança, em infraestrutura para o ensino remoto emergencial e nas adequações de espaço físico que precisam ser feitas nos campi, em razão da pandemia. No caso da UFMG, as perdas chegariam a R\$ 39 milhões, estima a reitora Sandra Regina Goulart Almeida. “Não temos como absorver mais esse corte”, afirma (UFMG, 2021). A reitora estima que os reiterados cortes de recursos fizeram o orçamento da UFMG retroagir ao ano de 2009, quando a universidade ainda não tinha realizado seu projeto de expansão, reestruturação, acessibilidade e inclusão. “E hoje a universidade é muito mais complexa, e sua qualidade, reconhecida nacional e internacionalmente, tem alcançado patamares cada vez mais

elevados". A situação dos orçamentos das bibliotecas universitárias deve ser comprometida devido a tantos cortes.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por ser descritiva e exploratória, utilizando os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental para a abordagem do histórico da biblioteca universitária. Foram enviadas as bibliotecas da região sudeste seja as 19 bibliotecas das universidades federais, pedindo os dados no período do triênio de 2017 a 2019. A estratégia quantitativa e qualitativa segundo Creswell (2010) proporciona uma descrição que mostra características da população estudada. Os questionários foram enviados por e-mail. Decorridos dois meses do envio por e-mail, obteve-se o total de treze respostas, o equivalente a 68,42% da população.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Uma preocupação do estudo foi verificar o entendimento de cada unidade sobre os recursos orçamentários a ela destinado. Este fato pode demonstrar também uma posição passiva quanto a este desconhecimento e falta de acesso aos dados orçamentários. A questão orçamentária é fundamental para o desenvolvimento da biblioteca universitária. Para aqueles que responderam afirmativamente à existência de recursos específicos para a biblioteca, foi solicitado informar o valor orçamentário nos anos de 2017, 2018 e 2019.

UF	2017	2018	2019
UF1	R\$ 82.416,31	R\$ 3.284.942,98	R\$ 2.607.597,87
UF2	-	-	R\$ 8.000,00
UF3	R\$ 230.883,42	R\$ 2.075.517,38	-
UF4	R\$ 221.000,00	R\$ 185.888,19	R\$ 185.888,19
UF6	R\$ 295.145,00	R\$ 295.145,00	R\$ 300.000,00
UF9	R\$ 1.300.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
UF11	R\$ 616.000,00	R\$ 393.800,00	R\$ 384.170,00
MÉDIA	R\$ 457.574,12	R\$ 1.122.548,93	R\$ 664.276,01

Fonte: Elaborada pelo autor(2021).

Apenas seis participantes da pesquisa (46,2%) apresentaram essa informação. Os valores orçamentários estão discriminados em ordem crescente por ano, assim como uma média dos

mesmos. Comparando-se as médias, percebe-se um valor significativamente maior para o ano de 2018. Em 2019 temos valores depreciados em relação a 2018.

Os atendimentos especiais ofertados pelas bibliotecas, as respostas são diversas e pulverizadas. Treinamentos específicos para os docentes/pesquisadores e empréstimo especial com quantidade maior de itens bibliográficos contaram com mais de um respondente. A pesquisa bibliográfica, que é um atendimento especial, só obteve uma resposta. Outras respostas se diluem em termos bibliotecários, mas sem muita clareza da função dos mesmos. Perguntou-se sobre o tipo de software usado pelas bibliotecas universitárias. As bibliotecas universitárias da região sudeste usam somente softwares brasileiros. Pergamum é o software para gerenciamento da biblioteca e do acervo mais utilizado, com 61,5% do total. O Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas - é um sistema informatizado de gerenciamento de dados, direcionado aos diversos tipos de centros de informação. Foi desenvolvido e é assistido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Em segundo lugar, com menos expressão, está o SophiA, com 23,1%. Este software foi desenvolvido pela empresa Prima de São José dos Campos, São Paulo. Os canais de atendimento mais utilizados pelos usuários são o telefone e o e-mail, ambos com 29,5% das respostas. Seguem, com percentuais menos expressivos, o WhatsApp, o chat e o Messenger. Outros canais, mesmo o de referência virtual são menos utilizados. Todas as bibliotecas universitárias apresentaram algum recurso tecnológico, o COMUT, ou uso do catálogo online. Não se percebem tecnologias de grande alcance para interação com outras bibliotecas fora da universidade ou sistemas internacionais. Os itens mais citados, com 10,5% das respostas, se referem a e-books, empréstimo entre bibliotecas e treinamento à pesquisa em bases de dados. Seguem, também com índices expressivos, o repositório institucional da produção científica. A biblioteca universitária pública no Brasil dentre outras bibliotecas é mais aquinhoada e poderia contar com recursos tecnológicos mais sofisticados. Tais informações deixam impressão de que a biblioteca universitária não está recebendo a atenção merecida.

Sobre os recursos humanos os dados obtidos, pode-se verificar que as bibliotecas universitárias da amostra, em sua maioria (61,6%), possuem até 30 bibliotecários. Duas bibliotecas declararam dispor mais de cem bibliotecários e apenas uma declarou mais 200 bibliotecários em sua unidade. Deve-se considerar, no entanto, o tamanho dessas universidades pois algumas possuem mais de um campus e muitas bibliotecas setoriais. O bom funcionamento da biblioteca universitária depende do número de bibliotecários, mas também do quantitativo de professores e alunos que atende. No que diz respeito à

comunidade acadêmica, foram levantados os quantitativos de professores e alunos das universidades. Cabe ressaltar que duas universidades passaram os dados de 2019, e as demais não especificaram o ano de referência. A maior concentração está nas universidades que contam com 500 a 1000 professores (38,5%). Ao analisar essas informações observam-se duas questões importantes. Diz respeito à gestão dos recursos humanos e orçamentários que não conta com a biblioteca universitária como liderança. Como informa um dos respondentes, tais recursos variam de acordo com o tempo de cada reitor e sua visão mais clara ou não quanto à funcionalidade inovadora da biblioteca universitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises e resultados, percebe-se que apesar da redução orçamentária e a diminuição do número de bibliotecários e com recursos tecnológicos limitados, as bibliotecas universitárias da região sudeste realizam com pouco esforço uma série de serviços para suas respectivas comunidades acadêmicas.

É importante refletir sobre a questão orçamentária, tecnológica e os recursos humanos na biblioteca universitária, rever sua história e seu valor institucional, seu alcance, sua funcionalidade dentro da universidade federal assim como seu crescimento para melhorar a gestão e inovação.

A queda acentuada de orçamento pode se tornar uma oportunidade de parcerias e consórcios, seja como possibilidade de amenizar ou mesmo solucionar possíveis problemas relacionados à (falta) de verba orçamentária quanto a atingir novos patamares de acesso e uso de recursos informacionais. Cada resposta obtida requer uma análise profunda de como os bibliotecários, que são os gestores dos sistemas de bibliotecas, entendem os aspectos dos recursos humanos, orçamentários e tecnológicos, como eles influem no cotidiano e na prestação de serviços à comunidade universitária. O entendimento pode propor soluções para lidar com os cortes orçamentários, como proposições de parcerias, consórcios. E até mesmo o bibliotecário universitário poderá se reposicionar na estrutura da universidade, tendo um destaque na gestão pública. Existe uma carência de estudos, sendo este um estudo basilar de foco regional que poderá, posteriormente, motivar uma pesquisa em âmbito nacional, com atores como CBBU da FEBAB ou o grupo de trabalho de estudos sobre biblioteca universitária do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Pode-se pensar, ainda, em estudos comparativos entre países, como por exemplo Brasil e Estados Unidos, Rússia, China, entre outros. Podem ser estabelecidos requisitos para qualificar uma biblioteca

universitária, além do seu acervo. Outro assunto que fica latente, e que pode ser observado nas entrelinhas da pesquisa, é a questão da liderança do bibliotecário.

Os bibliotecários gestores das bibliotecas universitárias precisam entender sobre os meandros da burocracia federal, entender a questão orçamentária, entender de política e do seu funcionamento dentro da universidade. Deve saber, ainda, sobre as instâncias que refletem os valores acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva*. São Paulo: Atlas, 2012.

CHASTINET, Yone. *A criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias – PROBIB e a implementação do I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – I PNBU: 1986-1989*. Brasília: SESu/PNBU, 1990.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da. *Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira do ano 2010*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, 2000. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf> >. Acesso em: 25 maio 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabienne Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set./dez. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100/32344> >. Acesso em: 25 maio 2019.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-24, ago. 2007. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/27> >. Acesso em: 5 set. 2020.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Softwares para automação de bibliotecas e centros de documentação na literatura brasileira até 1998. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 3, p. 310-321, dez. 1999. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a9.pdf> >. Acesso em: 1 jul. 2020.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. *Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão*. Salvador: EDUFBA, 2011.

NOH, Younghee. Imaging library 4.0: creating a model for future libraries. *The Journal of Academic Librarianship*, v. 41, n. 6, p. 786-797, nov. 2015. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133315001780?via%3Dihub> >. Acesso em: 27 mar. 2021.

